

GER 20.01.00580 - (JAN/86)

Chagas Carlos - Arts. Para Ulysses, diabo é parlamentarista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO P.3

O deputado Ulysses Guimarães obriga-se a sorrir e a dar a impressão de estar gostando quando ouve ou lê opiniões favoráveis a que venha assumir o cargo de primeiro-ministro, no bojo da mudança do sistema de governo. Na realidade, abomina a hipótese. E até pergunta, nessa equação denominada de pacto do diabo, quem será, afinal, o Satanás? Porque nem ele nem o presidente Sarney se enquadram no figurino. O parlamentarismo será fatal para os dois. Para Sarney, porque governará o restante de seu mandato como a rainha da Inglaterra, sem os poderes necessários ao exercício das funções para as quais foi eleito. Para ele, Ulysses, pior ainda. Continuando o presidencialismo, são grandes as chances de vir a ser presidente da República, com o mínimo de 30 milhões de votos, coroamento de uma vida pública marcada pelo pacto continuado com as urnas. Tornando-se primeiro-ministro, ficará submetido não à vontade de 30 milhões de brasileiros, no mínimo, mas ao sabor dos interesses de, no máximo, 559 cidadãos, integrantes da Câmara e do Senado. E isso por um prazo de seis meses, depois do qual poderá, tranquilamente, ser despedido através de moção de desconfiança.

O poder ficaria dividido, diluído e perigosamente exposto à deterioração. O País, como consequência, correria o risco de balançar ao sabor de conveniências de ocasião, sem as correspondentes estruturas partidárias sólidas e estáveis que o parlamentarismo exige. Porque, apesar de Ulysses não dizer, nem o PMDB nem o PFL podem ser considerados partidos, em termos doutrinários, ideológicos e de unidade de seus integrantes. Um é "frente", outro "partido do movimento", isto é, falta-lhes o amálgama interno imprescindível para comandar um processo de utilização do poder, como acontece em países que adotam o sistema parlamentar de governo.

Ulysses Guimarães, em suma, repele a possibilidade de vir a se tornar primeiro-ministro. No momento oportuno, tudo fará para obtê-la, ainda que, por enquanto, não possa assumir de público a atitude. Como presidente do PMDB, reconhece que, por motivos variados e dispares, boa parte de sua bancada na Assembléia Nacional Constituinte se pronunciou pelo parlamentarismo. Não entra no mérito das motivações. Mas aguarda a oportunidade para atuar no sentido da preservação do presidencialismo, mesmo reconhecendo a importância de o Congresso vir a dispor de mais poderes do que dispõe atualmente. O que não tem necessariamente nada que ver com a destruição do presidencialismo.

Pode parecer estranho, mas assistimos a um fenômeno às avessas. O presidente da República é contra, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte e do maior partido nacional, também. Os ministros que-

rem, a começar pelos militares, e o mesmo se passa com a maioria dos segmentos sociais, do empresariado aos sindicatos, da imprensa à intelectualidade. Nem haverá que falar dos governadores e dos prefeitos, equivale a dizer, as bases partidárias também se posicionam em oposição ao parlamentarismo ou ao sistema misto.

Apesar disso, a tese ganhou a comissão temática respectiva e será consagrada no parecer da Comissão de Sistematização, até 15 de julho. Foi apresentada de modo canhestro e sibilino, incompleta até segundo os parlamentaristas clássicos, por sinal bem poticos.

Se os argumentos conjunturais, ou seja, referentes ao governo Sarney, se somam na condenação da mudança, muito pior ficará para o futuro. Porque ninguém terá coragem de suprimir as eleições presidenciais diretas, compromisso daqueles inarredáveis em nossa realidade, em condições de levar a sociedade à revolta, se desaparecer. As-

sim, continuando a tendência parlamentarista, assistiremos ao horror dos horrores, depois do término do mandato atual: um presidente da República eleito com mais de 30 milhões de votos, no qual a opinião pública terá depositado suas esperanças, mas tolhido e impedido de governar e de realizar suas promessas de campanha, precisando dividir a autoridade com um primeiro-ministro indicado pelos interesses de 559 parlamentares.

É esse o quadro, sem tirar nem pôr, decorrência simples de um sentimento de medo e de revanchismo por que passa a classe política. Para evitar a repetição dos fatos verificados durante 21 anos de autoritarismo e prevalência absoluta do Executivo, o Legislativo surge voltado para o extremo oposto. Ou, se não o Legislativo, ao menos boa parte de seus componentes. Coisa igual à tentativa de curar certa doença com um remédio que terminará por matar o paciente.

A afirmação da classe política e do Congresso não deveria passar por aí, mas pelo restabelecimento pleno de suas prerrogativas. Só isso. E, se faltar imaginação aos hoje candidatos a artifícios do caos, bastaria que retrassem de alguma gaveta parlamentar a emenda Flávio Marcílio. O ex-presidente da Câmara, faz anos, apresentou conjunto de propostas destinadas a resgatar o Legislativo, devolvendo-lhe os poderes sarruplados ao longo do período ditatorial. Não conseguita, é claro, porque ainda vivíamos a ditadura. Sua sugestão, no entanto, supriria com vantagem a aventura em que se lançam certos grupos constituintes.

De tudo, fica a resposta para a questão levantada por Ulysses Guimarães, em descontraída conversa no fim de semana: o diabo, nesse pacto, não é o presidente Sarney, como não é ele. O diabo, sem a menor dúvida, é a corrente parlamentar que insiste na mudança do sistema de governo.

O.C.